



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012.

Altera a Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.

O **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, e com arrimo no artigo 19 do seu Regimento Interno; em conformidade com a decisão Plenária tomada na 2ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2012,

Considerando a decisão plenária proferida na sessão de julgamento do dia 28 de fevereiro 2012 no procedimento nº 0.00.000.000175/2012-69;

Considerando a necessidade de adequação dos formulários anexos ao sistema informatizado que está sendo desenvolvido no âmbito do CNMP;

Considerando que a compilação das informações de forma mais objetiva possibilitará a formação de dados estatísticos e a geração de gráficos que auxiliarão na elaboração de políticas públicas, RESOLVE:

Art. 1º. O § 1º do artigo 2º da [Resolução nº 67, de 16 de março de 2011](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O relatório será elaborado, em meio eletrônico, mediante o preenchimento dos formulários que integram a presente Resolução pelo membro do Ministério Público (anexos I e II) e que ficarão disponibilizados no sítio do CNMP, devendo conter informações sobre:

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 2º O § 3º do artigo 2º da [Resolução nº 67, de 16 de março de 2011](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º No mês de março de cada ano, será elaborado minucioso relatório anual sobre as condições das unidades socioeducativas, mediante o preenchimento dos formulários que integram a presente Resolução (anexos III e IV), consoante disposto no art. 6º, desta Resolução, sem prejuízo da apresentação do relatório de inspeção referente ao período anterior.

Art. 3º A [Resolução nº 67, de 16 de março de 2011](#), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 6º-A:

Art. 6º-A. Enquanto não for disponibilizado o sistema informatizado para preenchimento dos formulários, estes deverão ser enviados pelas Corregedorias-Gerais ao CNMP via ofício, preferencialmente por correio eletrônico.

Art. 4º Revogam-se os anexos à [Resolução nº 67, de 16 de março de 2011](#), e passam a vigorar os formulários anexos à presente Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 28 de fevereiro de 2012.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



ANEXO I

Roteiro para Inspeção Bimestral das Unidades de Internação (artigos 94, 95 e 124, do Estatuto da Criança e do Adolescente)

Informações Iniciais	
SIGLAS:	
•	ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente;
•	CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
•	CRAS: Centro de Referência de Assistência Social;
•	CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
•	CAPS: Centro de Atenção Psicossocial;
•	CAPSI: Centro de Atenção Psicossocial Infantil;
•	CAPSad: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

Data da visita: ____/____/____	Horário: _____
DADOS DA ENTIDADE	
Nome: _____	
Endereço: _____	
Município: _____	Estado: _____

1. Ambiente Físico e Infraestrutura
1.1. O estabelecimento foi planejado para qual sexo: () Masculino () Feminino () Ambos
1.2. O estabelecimento está sendo ocupado por adolescentes do sexo: () Masculino () Feminino () Ambos
1.2.1. Caso a resposta tenha sido ambos, informar o quantitativo abaixo:

Masculino	Feminino	Total

1.3. Há separação dos internos de acordo com art. 123 do ECA:		
1.3.1. Por tipo de infração?	() Sim	() Não
1.3.2. Por idade?	() Sim	() Não
1.3.3. Por tipo de modalidade de internação?	() Sim	() Não
1.3.4. Por compleição física?	() Sim	() Não
1.3.5. Em caso negativo, por quais motivos?	() Divisão por grupo/facção () Espaço físico insuficiente () Outros	
1.4. Número atual de internos: _____		
1.5. Qual é o número de internos por modalidade de internação:		
1.5.1. Provisória (art. 108 do ECA):		

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			

1.5.2. Definitiva (art. 122, incs. I e II, do ECA):			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			

1.5.3. Descumprimento de medida anteriormente imposta (art. 122, inc. III, do ECA):

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			

2. Gestão e Recursos Humanos

2.1. Desde a última inspeção na Unidade, realizada pelo Ministério Público, houve alteração no quadro dos profissionais que atuam nela?

() Sim () Não

2.2. Em caso positivo, especificar:

Tipo de Profissionais	Status (ativo ou inativo)	Nome do Profissional	Carga horária
Psicólogos			
Pedagogos			
Assistentes Sociais			
Educadores Sociais			
Monitores			
Nutricionistas			
Médicos			
Dentistas			
Professores			
Outros (Especificar)			

2.3. Houve evasão de internos no último bimestre? () Sim () Não

2.3.1. Em caso positivo, especifique quantos: _____ interno(s)

2.4. Houve rebeliões no último bimestre? () Sim () Não

2.4.1. Em caso positivo, especifique quantas: _____ rebelião(ões)

2.4.2. Durante a rebelião, houve casos de lesão corporal? () Sim () Não

2.4.3. Durante a rebelião, houve casos de mortes? () Sim () Não

2.4.3.1. Em caso positivo, especifique quantas: _____

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



2.4.4. As lesões e/ou mortes foram praticadas por agentes socioeducativos e/ou policiais?	
☐ Sim	☐ Não
2.4.5. O que motivou a(s) rebelião(ões)?	
☐ Falta de infraestrutura adequada	
☐ Falta de diálogo com a Diretoria da instituição	
☐ Guerra entre facções rivais	
☐ Excessos cometidos por profissionais da entidade	
☐ Realização de fuga em massa	
☐ Superlotação	
☐ Outros. Especificar: _____.	
2.5. Houve registros de ocorrência em sede policial?	☐ Sim ☐ Não

3. Atendimento Socioeducativo

3.1. Há registro individualizado do envio de relatórios destinados à reavaliação da medida de internação, pela autoridade judiciária?	
☐ Sim	☐ Não
3.2. Os relatórios são elaborados por equipe técnica interdisciplinar?	
☐ Sim	☐ Não
3.3. Os relatórios contêm, de maneira expressa, conclusão acerca da necessidade de manutenção da internação ou da possibilidade de progressão da medida?	
☐ Sim	☐ Não
3.4. Os aspectos analisados quando da conclusão são adequados e suficientes para formar a convicção do Promotor de Justiça?	
☐ Sim	☐ Não
3.4.1. Em caso negativo, especificar o que falta nos relatórios:	
☐ Não há posicionamento conclusivo da equipe sobre a manutenção, progressão ou regressão da medida socioeducativa.	
☐ A equipe utiliza pareceres genéricos, em modelo padrão, sem que se avaliem os aspectos individuais do cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente em conflito com a lei.	
☐ Outros. Especificar: _____.	
3.5. No envio dos relatórios é respeitado o prazo máximo previsto pelo art. 121, §2º, da Lei nº 8.069/90?	
☐ Sim	☐ Não
3.6. Há participação da equipe técnica da Unidade nas audiências de reavaliação das medidas socioeducativas?	
☐ Sim	☐ Não
3.7. Há processo individualizado de execução para cada adolescente?	
☐ Sim	☐ Não
3.8. Os adolescentes recebem assistência jurídica de forma sistemática?	
☐ Sim	☐ Não
3.8.1. Em caso positivo, qual a frequência do atendimento?	
☐ Diário ☐ Semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal	
3.9. Há atendimento aos egressos e suas famílias pela equipe técnica da Unidade?	
☐ Sim	☐ Não
3.10. Há programa da Unidade visando à inserção de adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo:	
☐ Sim	☐ Não
3.10.1. Na rede regular de ensino?	☐ Sim ☐ Não
3.10.2. Em cursos profissionalizantes?	☐ Sim ☐ Não
3.10.3. Em programas socioeducativos em meio aberto?	☐ Sim ☐ Não

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



3.10.4. Em outras atividades indispensáveis à conclusão, em meio aberto, do trabalho socioeducativo desenvolvido com estes e suas famílias? ☐ Sim ☐ Não

3.11. Os adolescentes realizam atividades externas? ☐ Sim ☐ Não

3.12. Há adolescentes portadores de transtorno mental grave, passíveis de enquadramento no disposto no art. 112, §3º, da Lei nº 8.069/90? ☐ Sim ☐ Não

3.12.1. Em caso positivo, quantos adolescentes são portadores de transtorno mental grave?

3.12.2. Em caso negativo, qual a principal razão de não estarem sendo atendidos em unidade de saúde, como previsto por lei:
☐ Inexistência de núcleo de saúde mental na Unidade;
☐ Profissionais do núcleo de saúde mental em número insuficiente;
☐ Outros

3.13. Preencha a tabela abaixo com as informações obtidas durante a inspeção:

Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
Direitos Humanos	Alimentação	Alimentação (qualidade e quantidade adequadas)			
	Vestuário	Vestuário individualizado (limpeza, quantidade e tamanho adequados)			
	Higiene Pessoal	Material de higiene pessoal individualizado			
		Roupa de cama e banho adequada e higienizada.			
	Documentação Civil	Arquivo e regularização, quando necessário, do Registro civil, Identidade, Carteira de trabalho, CIC, Certificado de reservista, Título de Eleitor			
	Escolarização	Oferta de Educação (Ensino fundamental, médio e superior) com proposta curricular adequada			
	Profissionalização/ Trabalho	Cursos de profissionalização com carga horária, metodologia e certificação reconhecidas formalmente e atividades de educação para o trabalho			
	Esporte	Acesso a diferentes modalidades esportivas			
	Cultura	Oferta de diferentes atividades culturais			
	Lazer	Desenvolvimento de atividades de lazer no tempo livre			
	Atenção Integral à Saúde	Plantão de atendimento para emergências			
		Atendimento médico e odontológico programado e sistemático com acompanhamento individualizado			
		Encaminhamento para outros atendimentos especializados fora da unidade (psicológico,			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
		psiquiátrico, drogadição, alcoolismo) inclusive os portadores de transtornos mentais			
	Respeito e dignidade	Respeito à orientação sexual, à condição de gênero, classe, étnico-racial, credo e religião			
	Direitos Sexuais e Reprodutivos	Programa de educação sexual Direito à visita íntima, de acordo com a faixa etária			
Ambiente Físico e Infraestrutura	Capacidade física	Unidade com capacidade de atendimento em conformidade com o SINASE (40 adolescentes) ^[16]			
	Salubridade	Higiene e conservação do ambiente com iluminação e ventilação adequadas em todos os ambientes			
	Refeitório	Espaço adequado para as refeições			
	Dormitórios	Habitabilidade (iluminação, aeração, etc.), higiene, preservação do mínimo de privacidade (espaço físico adequado, cama individual, objetos pessoais etc.)			
	Banheiros	Banheiros em tamanho e número suficientes, com água quente para o banho e boas condições de higiene e de privacidade			
	Espaço para Escolarização	Salas de aula equipadas, iluminadas e adequadas, com biblioteca			
	Espaço para Prática de Esporte, Cultura e Lazer	Espaços devidamente equipados e adequados para a prática de esportes e momentos de lazer.			
	Espaço para Atendimento Jurídico, Social Médico e Psicológico	Salas para atendimentos individuais e atividades em grupos			
	Espaço para a Profissionalização	Espaços para oficinas de profissionalização equipados, iluminados e adequados.			
	Espaço para Visita Íntima	Existência de local com privacidade para visita íntima			
	Segurança	Prédio em boas condições de segurança e boa circulação			
		Espaços que garantam a preservação da integridade física do adolescente			
		Segurança externa da unidade com apoio da Polícia Militar			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
		(com número de profissionais e turnos adequados)			
	Atendimento Familiar	Existência de prontuários, atendimentos individuais e coletivos, favorecimento de visitas e preservação dos vínculos familiares			
Atendimento Socioeducativo	Acompanhamento Técnico (Social, Jurídico e Psicológico)	Realização de atividades coletivas de lazer e integração para adolescentes, famílias e comunidade educativa			
		Equipe interdisciplinar para atendimento biopsicossocial pedagógico			
		Atendimento individual semanal para todos os adolescentes			
		Atendimento grupal para os adolescentes			
		Garantia de acesso aos órgãos de defesa (Defensoria, MP, OAB etc.)			
		Elaboração de relatórios técnicos interdisciplinares sistemáticos (Inicial, de acompanhamento, conclusivo)			
		Estudos de caso elaborados a partir da avaliação da equipe interdisciplinar			
		Existência de estratégias de preparação para a desinternação dos adolescentes articuladas com a rede			
		Ocorrência de reunião sistemática de todos os participantes (grau de integração da equipe)			
	Encaminhamento para a Rede de Atendimento	Inserção do adolescente em programas sociais da rede de proteção integral e tratamento especializado para deficientes, dependentes químicos e portadores de distúrbios psiquiátricos			
	Atendimento ao Egresso	Existência de Programa de acompanhamento de egressos			
	Plano Individual de Atendimento (PIA)	Existência de um Plano Individual de Atendimento (PIA) elaborado por uma equipe multidisciplinar com a participação efetiva do adolescente no processo decisório, abordando os aspectos jurídico, de saúde, social, psicológico e			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
		pedagógico, fundamentado em análise polidimensional ^[47] .			
		Homologação Judicial do PIA			
Gestão e Recursos Humanos	Planejamento Projeto Pedagógico	Existência de Projeto Político-Pedagógico Institucional, com normas de convivência claramente definidas e critérios para apuração de faltas disciplinares que contemplem o direito de defesa			
		Organização, acompanhamento e avaliação do trabalho dos monitores e educadores			
		Número de atendidos por categoria profissional			
	Formação e Capacitação de Recursos Humanos	Formação inicial, continuada e critérios de seleção de pessoal, com ingresso por meio de processo seletivo			
	Supervisão e Apoio de Assessorias Externas	Supervisão técnica, administrativa e de pessoal			
	Coleta e Registro de Dados e Informações	Sistemática de coleta de dados e informações sobre o atendimento prestado, com registro de ocorrências			
	Avaliação	Processos de avaliação e acompanhamento dos profissionais			

Observações: _____

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



ANEXO II

Roteiro para Inspeção Bimestral das Unidades de Semiliberdade
(artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

Data da visita: ____/____/____ Horário: _____

DADOS DA ENTIDADE

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____

1. Ambiente Físico e Infraestrutura

1.1. O estabelecimento foi planejado para qual sexo:
☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Ambos

1.2. O estabelecimento está sendo ocupado por adolescentes do sexo:
☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Ambos

1.2.1. Caso a resposta tenha sido ambos, informar o quantitativo abaixo:

Masculino	Feminino	Total

1.3. Há separação dos adolescentes de acordo com art. 123 do ECA:

1.3.1. Por tipo de infração? ☐ Sim ☐ Não

1.3.2. Por idade? ☐ Sim ☐ Não

1.3.3. Por tipo de modalidade de internação? ☐ Sim ☐ Não

1.3.4. Por compleição física? ☐ Sim ☐ Não

1.3.5. Em caso negativo, por quais motivos?
☐ Divisão por grupo/facção ☐ Espaço físico insuficiente ☐ Outros

1.4. Número atual de internos: _____

2. Gestão e Recursos Humanos

2.1. Desde a última inspeção na Unidade, realizada pelo Ministério Público, houve alteração no seu quadro de profissionais?
☐ Sim ☐ Não

2.1.1. Em caso positivo, especificar:

Tipo de Profissionais	Status (ativo ou inativo)	Nome do Profissional	Carga horária
Psicólogos			
Pedagogos			
Assistentes Sociais			
Educadores Sociais			
Monitores			
Professores			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Outros (Especificar)			

3. Atendimento Socioeducativo

3.1. Há registro individualizado do envio de relatórios destinados à reavaliação da medida de semiliberdade, pela autoridade judiciária?

☐ Sim ☐ Não

3.2. Os relatórios são elaborados por equipe técnica interdisciplinar?

☐ Sim ☐ Não

3.3. Os relatórios contêm, de maneira expressa, conclusão acerca da necessidade de manutenção da internação ou da possibilidade de progressão da medida?

☐ Sim ☐ Não

3.4. Os aspectos analisados quando da conclusão são adequados e suficientes para formar a convicção do Promotor de Justiça?

☐ Sim ☐ Não

3.4.1. Em caso negativo, especificar o que falta nos relatórios:

☐ Não há posicionamento conclusivo da equipe sobre a manutenção, progressão ou regressão da medida socioeducativa.

☐ A equipe utiliza pareceres genéricos, em modelo padrão, sem que se avaliem os aspectos individuais do cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente em conflito com a lei.

☐ Outros. Especificar: _____.

3.5. No envio dos relatórios é respeitado o prazo máximo previsto pelo art. 42, Caput, da Lei nº 12.594/12?

☐ Sim ☐ Não

3.6. Há participação da equipe técnica da Unidade nas audiências de reavaliação das medidas socioeducativas?

☐ Sim ☐ Não

3.7. Há processo individualizado de execução para cada adolescente?

☐ Sim ☐ Não

3.8. Os adolescentes recebem assistência jurídica de forma sistemática?

☐ Sim ☐ Não

3.8.1. Em caso positivo, qual a frequência do atendimento?

☐ Diário ☐ Semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal

3.9. Há atendimento aos egressos e suas famílias pela equipe técnica da Unidade?

☐ Sim ☐ Não

3.10. Há programa da Unidade visando à inserção de adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo:

3.10.1. Na rede regular de ensino? ☐ Sim ☐ Não

3.10.2. Em cursos profissionalizantes? ☐ Sim ☐ Não

3.10.3. Em programas socioeducativos em meio aberto? ☐ Sim ☐ Não

3.10.4. Em outras atividades indispensáveis à conclusão, em meio aberto, do trabalho socioeducativo desenvolvido com estes e suas famílias? ☐ Sim ☐ Não

3.11. Há adolescentes portadores de transtorno mental grave, passíveis de enquadramento no disposto no art. 112, §3º, da Lei nº 8.069/90?

☐ Sim ☐ Não

3.11.1. Em caso positivo, quantos adolescentes são portadores de transtorno mental grave?

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



3.11.2. Em caso negativo, qual a principal razão de não estarem sendo atendidos em unidade de saúde, como previsto por lei:

- () Inexistência de núcleo de saúde mental na Unidade;
 () Profissionais do núcleo de saúde mental em número insuficiente;
 () Outros

3.12. Preencha a tabela abaixo com as informações obtidas durante a inspeção:

Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
Direitos Humanos	Alimentação	Alimentação (qualidade e quantidade)			
	Vestuário	Vestuário individualizado (limpeza, quantidade e tamanho adequados)			
	Higiene Pessoal	Material de higiene pessoal individualizado			
		Roupa de cama e banho adequada e higienizada			
	Documentação Civil	Registro civil, Identidade, Carteira de trabalho, CIC, Certificado de reservista, Título de Eleitor			
	Escolarização	Acesso à Educação (Ensino fundamental, médio e superior)			
	Profissionalização/ Trabalho	Encaminhamento a cursos de profissionalização e atividades de educação para o trabalho			
	Esporte	Encaminhamento a diferentes modalidades esportivas			
	Cultura	Encaminhamento a diferentes atividades culturais			
	Lazer	Desenvolvimento de atividades de lazer no tempo livre			
	Atenção Integral à Saúde	Encaminhamento para atendimentos na rede de saúde, incluindo atendimentos especializados			
		Encaminhamento para atendimento ao dependente químico			
		Encaminhamento a Programas de prevenção de DST/AIDS e de abordagem das questões da sexualidade			
	Respeito e Dignidade	Respeito à orientação sexual, à condição de gênero, classe, étnico-racial, credo e religião			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
Ambiente Físico e Infraestrutura	Capacidade Física	Unidade com capacidade de atendimento em conformidade com o SINASE (20 adolescentes)			
	Salubridade	Higiene e conservação do ambiente com iluminação e ventilação adequadas em todos os ambientes			
	Refeitório	Espaço adequado para as refeições			
	Dormitórios	Dormitórios em condições de iluminação, habitabilidade, higiene e espaços adequados, com colchões individuais			
	Banheiros	Banheiros em tamanho e número suficientes, com boas condições de higiene e de privacidade			
	Espaço para Atendimento Jurídico, Social e Psicológico	Salas para atendimentos individuais e atividades em grupos			
	Segurança	Prédio em boas condições de segurança e boa circulação			
		Espaços que garantam a preservação da integridade física do adolescente			
		Segurança externa da unidade com apoio da Polícia Militar (com número de profissionais e turnos adequados)			
Atendimento Socioeducativo	Atendimento familiar	Existência de prontuários, atendimentos individuais e coletivos, favorecimento de visitas e preservação dos vínculos familiares			
	Acompanhamento Técnico (Social, Jurídico e Psicológico)	Realização de atividades coletivas de lazer e integração para adolescentes, famílias e comunidade educativa			
		Equipe interdisciplinar para atendimento biopsicossocial pedagógico			
		Atendimento individual quinzenal para todos os adolescentes			
		Atendimento grupal semanal para os			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
		adolescentes			
		Garantia de acesso aos órgãos de defesa (Defensoria, MP, OAB etc.)			
		Elaboração de relatórios técnicos interdisciplinares sistemáticos (inicial, de acompanhamento, conclusivo)			
		Existência de estratégias de preparação para a desinternação dos adolescentes articuladas com a rede			
	Encaminhamento para a Rede de Atendimento	Inserção do adolescente em programas sociais da rede de proteção integral e tratamento especializado para deficientes, dependentes químicos e portadores de distúrbios psiquiátricos			
	Plano Individual de Atendimento (PIA)	Existência de um Plano Individual de Atendimento (PIA) elaborado por uma equipe multidisciplinar com a participação efetiva do adolescente no processo decisório, abordando os aspectos jurídico, de saúde, social, psicológico e pedagógico, fundamentado em análise polidimensional [15].			
		Homologação Judicial do PIA			
Gestão e Recursos Humanos	Planejamento e Projeto Pedagógico	Existência de Projeto Político-Pedagógico Institucional, com normas de convivência claramente definidas e critérios para apuração de faltas disciplinares que contemplem o direito de defesa			
		Organização, acompanhamento e avaliação do trabalho dos monitores e educadores			
		Número de atendidos por categoria profissional			
	Formação e Capacitação de Recursos	Formação inicial, continuada e critérios de seleção de pessoal, com ingresso por			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
	Humanos	meio de processo seletivo			
	Supervisão e Apoio de Assessorias Externas	Supervisão técnica, administrativa e de pessoal			
	Coleta e Registro de Dados e Informações	Sistemática de coleta de dados e informações sobre o atendimento prestado, com registro de ocorrências			
	Avaliação	Processos de avaliação e acompanhamento dos profissionais			

Observações: _____

ANEXO III

Roteiro para Inspeção Anual das Unidades de Internação (artigos 94, 95 e 124, do Estatuto da Criança e do Adolescente)

Informações Iniciais	
SIGLAS: • ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente; • CMDCA: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; • CRAS: Centro de Referência de Assistência Social; • CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social; • CAPS: Centro de Atenção Psicossocial; • CAPSI: Centro de Atenção Psicossocial Infantil; • CAPSad: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.	

Data da visita: ____/____/____		Horário: _____
DADOS DA ENTIDADE		
Nome: _____		
Endereço: _____		
Município: _____	Estado: _____	

1. Ambiente Físico e Infraestrutura		
1.1. O estabelecimento foi planejado para qual sexo:		
() Masculino	() Feminino	() Ambos
1.2. O estabelecimento está sendo ocupado por adolescentes do sexo:		
() Masculino	() Feminino	() Ambos
1.2.1. Caso a resposta tenha sido ambos, informar o quantitativo abaixo:		

Masculino	Feminino	Total

1.3. Há alojamento separado por sexo? () Sim () Não
1.4. Capacidade total: _____
1.5. Qual é a quantidade de adolescente por faixa etária atendida:

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			

1.6. Há separação dos internos de acordo com art. 123 do ECA:		
1.6.1. Por tipo de infração?	() Sim	() Não
1.6.2. Por idade?	() Sim	() Não
1.6.3. Por tipo de modalidade de internação?	() Sim	() Não
1.6.4. Por compleição física?	() Sim	() Não
1.6.5. Em caso negativo, por quais motivos?		
() Divisão por grupo/facção	() Espaço físico insuficiente	() Outros
1.7. Número atual de internos: _____		
1.8. O estabelecimento é destinado para internação:		
() Provisória	() Definitiva	() Ambas

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



1.9. Qual é o número de internos por modalidade de internação:			
1.9.1. Provisória (art. 108 do ECA):			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			
1.9.2. Definitiva (art. 122, incs. I e II, do ECA):			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			
1.9.3. Descumprimento de medida anteriormente imposta (art. 122, inc. III, do ECA):			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			
1.10. A entidade é a mais próxima da residência dos pais/responsáveis da maioria dos adolescentes internos? ☐ Sim ☐ Não 1.10.1. Em quantos casos isto NÃO ocorre? _____ 1.11. Em se tratando de entidade para internação de adolescentes do sexo feminino, há espaço adequado para permanência dos filhos das internas? ☐ Sim ☐ Não 1.12. Até que faixa de idade é permitida a permanência dos filhos das internas em sua companhia? ☐ 0 a 6 meses ☐ 7 meses a 1 ano ☐ 1 a 3 anos 1.13. De que forma é feita a contenção na Unidade? ☐ Agentes de Segurança Pública ☐ Ofendículo (Ex.: cerca elétrica, arame farpado, fragmentos de vidros, etc.) ☐ Muro Elevado ☐ Outros 1.14. Há o emprego de armas não letais na Unidade? ☐ Bala de borracha ☐ Gás ☐ Cassetete ☐ Spray de Pimenta ☐ Arma de Eletrochoque ☐ Outros. Especificar: _____			
2. Gestão e Recursos Humanos			
2.1. Especificar os profissionais que atuam na entidade (relacionar status atual, nome e carga horária de trabalho semanal por tipo de profissionais):			
Tipo de Profissionais	Status (ativo ou inativo)	Nome do Profissional	Carga horária
Psicólogos			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Pedagogos			
Assistentes Sociais			
Educadores Sociais			
Monitores			
Nutricionistas			
Médicos			
Dentistas			
Professores			
Outros (Especificar)			

2.2. Órgão da administração direta ao qual a instituição está vinculada (poderá ser assinalado mais de um item):
☐ Secretaria Estadual da Área de Assistência Social
☐ Secretaria Estadual da Área de Segurança Pública
☐ Secretaria Estadual da Área de Educação
☐ Secretaria Estadual da Área de Justiça
☐ Outros

2.3. Os recursos repassados à entidade/programa são considerados suficientes para seu funcionamento e manutenção das atividades desenvolvidas?
☐ Sim ☐ Não

2.4. É efetuado pela entidade o levantamento periódico dos índices de reincidência e suas causas determinantes?
☐ Sim ☐ Não

2.5. A entidade possui Regimento Interno?
☐ Sim ☐ Não

2.5.1. Em caso positivo, o Regimento Interno prevê regras a serem respeitadas pelos adolescentes e servidores, descrevendo condutas que caracterizem transgressão disciplinar e as sanções aplicáveis quando de sua prática? ☐ Sim ☐ Não

2.5.2. Em caso de inexistência de Regimento Interno, existe outro documento formal com finalidade análoga? ☐ Sim ☐ Não

2.5.2.1. Em caso positivo, esse outro documento análogo prevê regras a serem respeitadas pelos adolescentes e servidores, descrevendo condutas que caracterizem transgressão disciplinar e as sanções aplicáveis quando de sua prática?
☐ Sim ☐ Não

2.6. As regras e sanções aplicadas pela Unidade são adequadas?
☐ Sim ☐ Não

2.7. É instaurado procedimento administrativo disciplinar, antes da aplicação das sanções disciplinares?
☐ Sim ☐ Não

2.8. É assegurado ao adolescente o contraditório e a ampla defesa?
☐ Sim ☐ Não

2.8.1. Em caso positivo, é garantida a assistência jurídica no procedimento disciplinar?
☐ Sim ☐ Não

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



2.9. É facultado ao adolescente a assistência de seus pais ou responsáveis durante o procedimento disciplinar?
☐ Sim ☐ Não

2.10. Qual órgão ou autoridade é responsável pela aplicação da sanção disciplinar?
☐ Direção da Unidade ☐ Comissão Disciplinar
☐ Agentes Socioeducativos ☐ Outros

2.11. É previsto recurso administrativo contra a decisão que aplica ao adolescente a sanção disciplinar?
☐ Sim ☐ Não

2.11.1. Em caso positivo, qual órgão ou autoridade é encarregada de julgar o recurso interposto? ☐ Direção da Unidade ☐ Juiz ☐ Outros

2.12. A entidade realiza atividades destinadas à prevenção e à mediação de conflitos?
☐ Sim ☐ Não

2.13. Há protocolo destinado à atuação em caso de rebeliões ou outras situações de emergência?
☐ Sim ☐ Não

2.14. Houve evasão de internos no último ano?
☐ Sim ☐ Não

2.14.1. Em caso positivo, especifique quantos: _____ interno(s)

2.15. Houve rebeliões no último ano?
☐ Sim ☐ Não

2.15.1. Em caso positivo, especifique quantas: _____ rebelião(ões)

2.15.2. Durante a rebelião, houve casos de lesão corporal? ☐ Sim ☐ Não

2.15.3. Durante a rebelião, houve casos de mortes? ☐ Sim ☐ Não

2.15.3.1. Em caso positivo, especifique quantas: _____

2.15.4. As lesões e/ou mortes foram praticadas por agentes socioeducativos e/ou policiais?
☐ Sim ☐ Não

2.15.5. O que motivou a(s) rebelião(ões):
☐ Falta de infraestrutura adequada
☐ Falta de diálogo com a Diretoria da instituição
☐ Guerra entre facções rivais
☐ Excessos cometidos por profissionais da entidade
☐ Realização de fuga em massa
☐ Superlotação
☐ Outros. Especificar: _____

2.16. Houve registros de ocorrência em sede policial?
☐ Sim ☐ Não

3. Atendimento Socioeducativo

3.1. Há articulação entre o programa de atendimento socioeducativo e os programas de atendimento a crianças ou adolescentes e famílias nos municípios de origem dos adolescentes?
☐ Sim ☐ Não

3.2. Existem Instituições Públicas ou Privadas e/ou Órgãos parceiros envolvidos no atendimento socioeducativo?
☐ Sim ☐ Não

3.2.1. Em caso positivo, especifique:

Instituição	Nome do Programa/Projeto	Descrição

3.3. Aprovação/registro da proposta do projeto pelo CMDCA?
☐ Sim ☐ Não

3.3.1. Data do registro/última renovação: ____/____/____

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



3.4. Existe articulação da entidade:

3.4.1. Com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? ☐ Sim ☐ Não

3.4.2. Com o Sistema Único de Saúde (SUS)? ☐ Sim ☐ Não

3.4.3. Com os demais Órgãos da rede municipal de proteção à criança e ao adolescente?
☐ Sim ☐ Não

3.5. Existe no Município:

3.5.1. CRAS? ☐ Sim ☐ Não

3.5.1.1. Em caso positivo, quantos? _____

3.5.2. CREAS? ☐ Sim ☐ Não

3.5.2.1. Em caso positivo, quantos? _____

3.5.3. CAPS? ☐ Sim ☐ Não

3.5.3.1. Em caso positivo, especificar modalidade e quantidade:

Modalidade	Quantidade
CAPS I	
CAPS II	
CAPS III	
CAPSi	
CAPSad	

3.6. Os CRAS/CREAS e CAPS atendem:

3.6.1. Os internos? ☐ Sim ☐ Não

3.6.2. As famílias? ☐ Sim ☐ Não

3.7. Há registro individualizado do envio de relatórios destinados à reavaliação da medida de internação, pela autoridade judiciária?
☐ Sim ☐ Não

3.8. Os relatórios são elaborados por equipe técnica interdisciplinar?
☐ Sim ☐ Não

3.9. Os relatórios contêm, de maneira expressa, conclusão acerca da necessidade de manutenção da internação ou da possibilidade de progressão da medida?
☐ Sim ☐ Não

3.10. Os aspectos analisados quando da conclusão são adequados e suficientes para formar a convicção do Promotor de Justiça?
☐ Sim ☐ Não

3.9.1. Em caso negativo, especificar o que falta nos relatórios:
☐ Não há posicionamento conclusivo da equipe sobre a manutenção, progressão ou regressão da medida socioeducativa.
☐ A equipe utiliza pareceres genéricos, em modelo padrão, sem que se avaliem os aspectos individuais do cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente em conflito com a lei.
☐ Outro. Especificar: _____.

3.11. No envio dos relatórios é respeitado o prazo máximo previsto pelo art. 121, §2º, da Lei nº 8.069/90?
☐ Sim ☐ Não

3.12. Há participação da equipe técnica da Unidade nas audiências de reavaliação das medidas socioeducativas?
☐ Sim ☐ Não

3.13. Há processo individualizado de execução para cada adolescente?
☐ Sim ☐ Não

3.14. O adolescente é assistido por defensor no curso do processo de execução?
☐ Sim ☐ Não

3.15. Os adolescentes recebem assistência jurídica de forma sistemática?
☐ Sim ☐ Não

3.15.1. Em caso positivo:

3.15.1.1. O atendimento é realizado pela Defensoria Pública? ☐ Sim ☐ Não

3.15.1.1.1. Em caso positivo:

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



3.15.1.1.1.1. O defensor público é lotado na Unidade? ☐ Sim ☐ Não

3.15.1.1.1.2. Qual a frequência do atendimento?
☐ Diário ☐ Semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal

3.15.1.2. O atendimento é realizado por advogado? ☐ Sim ☐ Não

3.15.1.2.1. Em caso positivo:

3.15.1.2.1.1. O advogado integra o quadro da Unidade? ☐ Sim ☐ Não

3.15.1.2.1.2. Qual a frequência do atendimento?
☐ Diário ☐ Semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal

3.16. Existem propostas pedagógicas diferenciadas para adolescentes em:

3.16.1. Regime de internação provisória (art. 108, do ECA)?
☐ Sim ☐ Não

3.16.2. Internação decorrente de sentença (art. 122, incisos I ou II, do ECA)?
☐ Sim ☐ Não

3.16.3. Internação decorrente do descumprimento de medida (art. 122, inciso III, do ECA)?
☐ Sim ☐ Não

3.17. Há atendimento aos egressos e suas famílias pela equipe técnica da Unidade?
☐ Sim ☐ Não

3.18. Há programa da Unidade visando à inserção de adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo:

3.18.1. Na rede regular de ensino? ☐ Sim ☐ Não

3.18.2. Em cursos profissionalizantes? ☐ Sim ☐ Não

3.18.3. Em programas socioeducativos em meio aberto? ☐ Sim ☐ Não

3.18.4. Em outras atividades indispensáveis à conclusão, em meio aberto, do trabalho socioeducativo desenvolvido com estes e suas famílias? ☐ Sim ☐ Não

3.19. Os adolescentes realizam atividades externas?
☐ Sim ☐ Não

3.20. Há estímulo ao contato entre os adolescentes internos e seus pais ou responsáveis e demais familiares?
☐ Sim ☐ Não

3.21. Há oferta de propostas pedagógicas diferenciadas e programas destinados à aceleração da aprendizagem ou adequação idade série?
☐ Sim ☐ Não

3.22. Há adolescentes com transtorno mental grave, passíveis de enquadramento no disposto no art. 112, §3º, da Lei nº 8.069/90?
☐ Sim ☐ Não

3.22.1. Em caso positivo, quantos adolescentes possuem transtorno mental grave?

3.22.2. Em caso negativo, qual a principal razão de não estarem sendo atendidos em unidade de saúde, como previsto por lei:
☐ Inexistência de núcleo de saúde mental na Unidade;
☐ Profissionais do núcleo de saúde mental em número insuficiente;
☐ Outros

3.23. Preencha a tabela abaixo com as informações obtidas durante a inspeção:

Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
Direitos Humanos	Alimentação	Alimentação (qualidade e quantidade adequadas)			
	Vestuário	Vestuário individualizado (limpeza, quantidade e tamanho adequados)			
	Higiene Pessoal	Material de higiene pessoal individualizado			
		Roupa de cama e banho adequada e higienizada.			
	Documentação	Arquivo e regularização,			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
	Civil	quando necessário, do Registro civil, Identidade, Carteira de trabalho, CIC, Certificado de reservista, Título de Eleitor			
	Escolarização	Oferta de Educação (Ensino fundamental, médio e superior) com proposta curricular adequada			
	Profissionalização /Trabalho	Cursos de profissionalização com carga horária, metodologia e certificação reconhecidas formalmente e atividades de educação para o trabalho			
	Esporte	Acesso a diferentes modalidades esportivas			
	Cultura	Oferta de diferentes atividades culturais			
	Lazer	Desenvolvimento de atividades de lazer no tempo livre			
	Atenção Integral à Saúde	Plantão de atendimento para emergências			
		Atendimento médico e odontológico programado e sistemático com acompanhamento individualizado			
		Encaminhamento para outros atendimentos especializados fora da unidade (psicológico, psiquiátrico, drogadição, alcoolismo) inclusive os portadores de transtornos mentais			
	Respeito e dignidade	Respeito à orientação sexual, à condição de gênero, classe, étnico-racial, credo e religião			
Ambiente Físico e Infraestrutura	Direitos Sexuais e Reprodutivos	Programa de educação sexual			
		Direito à visita íntima, de acordo com a faixa etária			
	Capacidade física	Unidade com capacidade de atendimento em conformidade com o SINASE (40 adolescentes) ⁽¹⁶⁾			
	Salubridade	Higiene e conservação do ambiente com iluminação e ventilação adequadas em todos os ambientes			
	Refeitório	Espaço adequado para as refeições			
	Dormitórios	Habitabilidade (iluminação, aeração, etc.), higiene, preservação do mínimo de privacidade (espaço físico			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
		adequado, cama individual, objetos pessoais etc.)			
	Banheiros	Banheiros em tamanho e número suficientes, com água quente para o banho e boas condições de higiene e de privacidade			
	Espaço para Escolarização	Salas de aula equipadas, iluminadas e adequadas, com biblioteca			
	Espaço para Prática de Esporte, Cultura e Lazer	Espaços devidamente equipados e adequados para a prática de esportes e momentos de lazer.			
	Espaço para Atendimento Jurídico, Social Médico e Psicológico	Salas para atendimentos individuais e atividades em grupos			
	Espaço para a Profissionalização	Espaços para oficinas de profissionalização equipados, iluminados e adequados.			
	Espaço para Visita Íntima	Existência de local com privacidade para visita íntima			
	Segurança	Prédio em boas condições de segurança e boa circulação			
		Espaços que garantam a preservação da integridade física do adolescente			
		Segurança externa da unidade com apoio da Polícia Militar (com número de profissionais e turnos adequados)			
	Atendimento Familiar	Existência de prontuários, atendimentos individuais e coletivos, favorecimento de visitas e preservação dos vínculos familiares			
Atendimento Socioeducativo	Acompanhamento Técnico (Social, Jurídico e Psicológico)	Realização de atividades coletivas de lazer e integração para adolescentes, famílias e comunidade educativa			
		Equipe interdisciplinar para atendimento biopsicossocial pedagógico			
		Atendimento individual semanal para todos os adolescentes			
		Atendimento grupal para os adolescentes			
		Garantia de acesso aos órgãos de defesa (Defensoria, MP, OAB etc.)			
		Elaboração de relatórios			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
		técnicos interdisciplinares sistemáticos (inicial, de acompanhamento, conclusivo)			
		Estudos de caso elaborados a partir da avaliação da equipe interdisciplinar			
		Existência de estratégias de preparação para a desinternação dos adolescentes articuladas com a rede			
		Ocorrência de reunião sistemática de todos os participantes (grau de integração da equipe)			
	Encaminhamento para a Rede de Atendimento	Inserção do adolescente em programas sociais da rede de proteção integral e tratamento especializado para deficientes, dependentes químicos e portadores de distúrbios psiquiátricos			
	Atendimento ao Egresso	Existência de Programa de acompanhamento de egressos			
	Plano Individual de Atendimento (PIA)	Existência de um Plano Individual de Atendimento (PIA) elaborado por uma equipe multidisciplinar com a participação efetiva do adolescente no processo decisório, abordando os aspectos jurídico, de saúde, social, psicológico e pedagógico, fundamentado em análise polidimensional ^[47] .			
Homologação Judicial do PIA					
Gestão e Recursos Humanos	Planejamento e Projeto Pedagógico	Existência de Projeto Político-Pedagógico Institucional, com normas de convivência claramente definidas e critérios para apuração de faltas disciplinares que contemplem o direito de defesa			
		Organização, acompanhamento e avaliação do trabalho dos monitores e educadores			
		Número de atendidos por categoria profissional			
	Formação e Capacitação de Recursos Humanos	Formação inicial, continuada e critérios de seleção de pessoal, com ingresso por meio de processo seletivo			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
	Supervisão e Apoio de Assessorias Externas	Supervisão técnica, administrativa e de pessoal			
	Coleta e Registro de Dados e Informações	Sistemática de coleta de dados e informações sobre o atendimento prestado, com registro de ocorrências			
	Avaliação	Processos de avaliação e acompanhamento dos profissionais			

Observações: _____

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



ANEXO IV

Roteiro para Inspeção Anual das Unidades de Semiliberdade (artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

Data da visita: ____/____/____ Horário: _____

DADOS DA ENTIDADE

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____

1. Ambiente Físico e Infraestrutura

1.1. O estabelecimento foi planejado para qual sexo:
☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Ambos

1.2. O estabelecimento está sendo ocupado por adolescentes do sexo:
☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Ambos

1.2.1. Caso a resposta tenha sido ambos, informar o quantitativo abaixo:

Masculino	Feminino	Total

1.3. Há alojamento separado por sexo? ☐ Sim ☐ Não

1.4. Capacidade total: _____

1.5. Qual é a quantidade de adolescente por faixa etária atendida:

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
12 a 15			
16 a 18			
19 a 21			
Total			

1.6. Há separação dos adolescentes de acordo com art. 123 do ECA:

1.6.1. Por tipo de infração? ☐ Sim ☐ Não

1.6.2. Por idade? ☐ Sim ☐ Não

1.6.3. Por tipo de modalidade de internação? ☐ Sim ☐ Não

1.6.4. Por compleição física? ☐ Sim ☐ Não

1.6.5. Em caso negativo, por quais motivos?
☐ Divisão por grupo/facção ☐ Espaço físico insuficiente ☐ Outros

1.7. Número atual de internos: _____

1.8. A entidade é a mais próxima da residência de origem/local onde residem os pais/responsáveis da maioria dos adolescentes internos?
☐ Sim ☐ Não

1.8.1. Em quantos casos isto NÃO ocorre? _____

2. Gestão e Recursos Humanos

2.1. Especificar os profissionais que atuam na entidade (relacionar status atual, nome e carga horária de trabalho semanal por tipo de profissionais):

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Tipo de Profissionais	Status (ativo ou inativo)	Nome do Profissional	Carga horária
Psicólogos			
Pedagogos			
Assistentes Sociais			
Educadores Sociais			
Monitores			
Professores			
Outros (Especificar)			

2.2. Órgão da administração direta ao qual a instituição está administrativamente vinculada (poderá ser assinalado mais de um item):

- () Secretaria Estadual da Área de Assistência Social
 () Secretaria Estadual da Área de Segurança Pública
 () Secretaria Estadual da Área de Educação
 () Secretaria Estadual da Área de Justiça
 () Outros

2.3. Os recursos repassados à entidade/programa são considerados suficientes para seu funcionamento e manutenção das atividades desenvolvidas?

- () Sim () Não

2.4. É efetuado pela entidade o levantamento periódico dos índices de reincidência e suas causas determinantes?

- () Sim () Não

2.5. A entidade possui Regimento Interno?

- () Sim () Não

2.5.1. Em caso positivo, o Regimento Interno prevê regras a serem respeitadas pelos adolescentes e servidores, descrevendo condutas que caracterizem transgressão disciplinar e as sanções aplicáveis quando de sua prática? () Sim () Não

2.5.2. Em caso de inexistência de Regimento Interno, existe outro documento formal com finalidade análoga? () Sim () Não

2.5.2.1. Em caso positivo, esse outro documento análogo prevê regras a serem respeitadas pelos adolescentes e servidores, descrevendo condutas que caracterizem transgressão disciplinar e as sanções aplicáveis quando de sua prática? () Sim () Não

2.6. As regras e sanções aplicadas pela Unidade são adequadas?

- () Sim () Não

2.7. É instaurado procedimento administrativo disciplinar, antes da aplicação das sanções disciplinares?

- () Sim () Não

2.8. É assegurado ao adolescente o contraditório e a ampla defesa?

- () Sim () Não

2.8.1. Em caso positivo, é garantida a assistência jurídica no procedimento disciplinar?

- () Sim () Não

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



2.9. É facultada ao adolescente a assistência de seus pais/responsáveis durante o procedimento disciplinar?
☐ Sim ☐ Não

2.10. Qual órgão ou autoridade é responsável pela aplicação da sanção disciplinar?
☐ Direção da Unidade ☐ Comissão Disciplinar
☐ Agentes Socioeducativos ☐ Outros

2.11. É previsto recurso administrativo contra a decisão que aplica ao adolescente a sanção disciplinar?
☐ Sim ☐ Não

2.11.1. Em caso positivo, qual órgão ou autoridade é encarregada de julgar o recurso interposto?
☐ Direção da Unidade ☐ Juiz ☐ Outros

3. Atendimento Socioeducativo

3.1. Há articulação entre o programa de atendimento socioeducativo e os programas de atendimento a crianças/adolescentes e famílias nos municípios de origem dos adolescentes?
☐ Sim ☐ Não

3.2. Existem Instituições Públicas ou Privadas e/ou Órgãos parceiros envolvidos no atendimento socioeducativo?
☐ Sim ☐ Não

3.2.1. Em caso positivo, especificar:

Instituição	Nome do Programa/Projeto	Descrição

3.3. Aprovação/registro da proposta do projeto pelo CMDCA?
☐ Sim ☐ Não

3.3.1. Data do registro/última renovação: __/__/__

3.4. Existe articulação da entidade:

3.4.1. Com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? ☐ Sim ☐ Não

3.4.2. Com o Sistema Único de Saúde (SUS)? ☐ Sim ☐ Não

3.4.3. Com os demais Órgãos da rede municipal de proteção à criança e ao adolescente?
☐ Sim ☐ Não

3.5. Existe no Município:

3.5.1. CRAS? ☐ Sim ☐ Não

3.5.1.1. Em caso positivo, quantos? _____

3.5.2. CREAS? ☐ Sim ☐ Não

3.5.2.1. Em caso positivo, quantos? _____

3.5.3. CAPS? ☐ Sim ☐ Não

3.5.3.1. Em caso positivo, especificar modalidade e quantidade:

Modalidade	Quantidade
CAPS I	
CAPS II	
CAPS III	
CAPSi	
CAPSad	

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



3.6. Os CRAS/CREAS e CAPS atendem:

3.6.1. Os adolescentes? ☐ Sim ☐ Não

3.6.2. As famílias? ☐ Sim ☐ Não

3.7. Há registro individualizado do envio de relatórios destinados à reavaliação da medida de semiliberdade, pela autoridade judiciária?

☐ Sim ☐ Não

3.8. Os relatórios são elaborados por equipe técnica interdisciplinar?

☐ Sim ☐ Não

3.9. Os relatórios contêm, de maneira expressa, conclusão acerca da necessidade de manutenção da internação ou da possibilidade de progressão da medida?

☐ Sim ☐ Não

3.10. Os aspectos analisados quando da conclusão são adequados e suficientes para formar a convicção do Promotor de Justiça?

☐ Sim ☐ Não

3.9.1. Em caso negativo, especificar o que falta nos relatórios:

☐ Não há posicionamento conclusivo da equipe sobre a manutenção, progressão ou regressão da medida socioeducativa.

☐ A equipe utiliza pareceres genéricos, em modelo padrão, sem que se avaliem os aspectos individuais do cumprimento da medida socioeducativa pelo adolescente em conflito com a lei.

☐ Outros. Especificar: _____.

3.11. No envio dos relatórios é respeitado o prazo máximo previsto pelo art. 42, Caput, da Lei nº 12.594/12?

☐ Sim ☐ Não

3.12. Há participação da equipe técnica da Unidade nas audiências de reavaliação das medidas socioeducativas?

☐ Sim ☐ Não

3.13. Há processo individualizado de execução para cada adolescente?

☐ Sim ☐ Não

3.14. O adolescente é assistido por defensor no curso do processo de execução?

☐ Sim ☐ Não

3.15.

3.16. Os adolescentes recebem assistência jurídica de forma sistemática?

☐ Sim ☐ Não

3.16.1. Em caso positivo:

3.16.1.1. O atendimento é realizado pela Defensoria Pública? ☐ Sim ☐ Não

3.16.1.1.1. Em caso positivo:

3.16.1.1.1.1. O defensor público é lotado na Unidade? ☐ Sim ☐ Não

3.16.1.1.1.2. Qual a frequência do atendimento?

☐ Diário ☐ Semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal

3.16.1.2. O atendimento é realizado por advogado? ☐ Sim ☐ Não

3.16.1.2.1. Em caso positivo:

3.16.1.2.1.1. O advogado integra o quadro da Unidade? ☐ Sim ☐ Não

3.16.1.2.1.2. Qual a frequência do atendimento?

☐ Diário ☐ Semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal

3.17. Existem propostas pedagógicas diferenciadas para adolescentes em regime de semiliberdade?

☐ Sim ☐ Não

3.18. Há atendimento aos egressos e suas famílias pela equipe técnica da Unidade?

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



() Sim () Não

3.19. Há programa da Unidade visando à inserção de adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo:

3.19.1. Na rede regular de ensino? () Sim () Não

3.19.2. Em cursos profissionalizantes? () Sim () Não

3.19.3. Em programas socioeducativos em meio aberto? () Sim () Não

3.19.4. Em outras atividades indispensáveis à conclusão, em meio aberto, do trabalho socioeducativo desenvolvido com estes e suas famílias? () Sim () Não

3.20. Há adolescentes com transtorno mental grave, passíveis de enquadramento no disposto no art. 112, §3º, da Lei nº 8.069/90?

() Sim () Não

3.20.1. Em caso positivo, quantos adolescentes possuem transtorno mental grave? ____

3.20.2. Em caso negativo, qual a principal razão de não estarem sendo atendidos em unidade de saúde, como previsto por lei:

() Inexistência de núcleo de saúde mental na Unidade;

() Profissionais do núcleo de saúde mental em número insuficiente;

() Outros

3.21. Preencha a tabela abaixo com as informações obtidas durante a inspeção:

Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
Direitos Humanos	Alimentação	Alimentação (qualidade e quantidade)			
	Vestuário	Vestuário individualizado (limpeza, quantidade e tamanho adequados)			
	Higiene Pessoal	Material de higiene pessoal individualizado			
		Roupa de cama e banho adequada e higienizada			
	Documentação Civil	Registro civil, Identidade, Carteira de trabalho, CIC, Certificado de reservista, Título de Eleitor			
	Escolarização	Acesso à Educação (Ensino fundamental, médio e superior)			
	Profissionalização/ Trabalho	Encaminhamento a cursos de profissionalização e atividades de educação para o trabalho			
	Esporte	Encaminhamento a diferentes modalidades esportivas			
	Cultura	Encaminhamento a diferentes atividades culturais			
	Lazer	Desenvolvimento de atividades de lazer no tempo livre			
	Atenção Integral à	Encaminhamento para atendimentos na rede de			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
	Saúde	saúde, incluindo atendimentos especializados			
		Encaminhamento para atendimento ao dependente químico			
		Encaminhamento a Programas de prevenção de DST/AIDS e de abordagem das questões da sexualidade			
	Respeito e Dignidade	Respeito à orientação sexual, à condição de gênero, classe, étnico-racial, credo e religião			
Ambiente Físico e Infraestrutura	Capacidade Física	Unidade com capacidade de atendimento em conformidade com o SINASE (20 adolescentes)			
	Salubridade	Higiene e conservação do ambiente com iluminação e ventilação adequadas em todos os ambientes			
	Refeitório	Espaço adequado para as refeições			
	Dormitórios	Dormitórios em condições de iluminação, habitabilidade, higiene e espaços adequados, com colchões individuais			
	Banheiros	Banheiros em tamanho e número suficientes, com boas condições de higiene e de privacidade			
	Espaço para Atendimento Jurídico, Social e Psicológico	Salas para atendimentos individuais e atividades em grupos			
	Segurança	Prédio em boas condições de segurança e boa circulação			
		Espaços que garantam a preservação da integridade física do adolescente			
		Segurança externa da unidade com apoio da Polícia Militar (com número de profissionais e turnos adequados)			
Atendimento Socioeducativo	Atendimento familiar	Existência de prontuários, atendimentos individuais e coletivos, favorecimento de visitas e preservação dos vínculos familiares			
	Acompanhamento Técnico (Social,	Realização de atividades coletivas de lazer e			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
	Jurídico e Psicológico)	Integração para adolescentes, famílias e comunidade educativa			
		Equipe interdisciplinar para atendimento biopsicossocial pedagógico			
		Atendimento individual quinzenal para todos os adolescentes			
		Atendimento grupal semanal para os adolescentes			
		Garantia de acesso aos órgãos de defesa (Defensoria, MP, OAB etc.)			
		Elaboração de relatórios técnicos interdisciplinares sistemáticos (inicial, de acompanhamento, conclusivo)			
		Existência de estratégias de preparação para a desinternação dos adolescentes articuladas com a rede			
	Encaminhamento para a Rede de Atendimento	Inserção do adolescente em programas sociais da rede de proteção integral e tratamento especializado para deficientes, dependentes químicos e portadores de distúrbios psiquiátricos			
	Plano Individual de Atendimento (PIA)	Existência de um Plano Individual de Atendimento (PIA) elaborado por uma equipe multidisciplinar com a participação efetiva do adolescente no processo decisório, abordando os aspectos jurídico, de saúde, social, psicológico e pedagógico, fundamentado em análise polidimensional [15].			
		Homologação Judicial do PIA			
Gestão e Recursos Humanos	Planejamento e Projeto Pedagógico	Existência de Projeto Político-Pedagógico Institucional, com normas de convivência claramente definidas e critérios para apuração de faltas disciplinares que contemplem o direito de defesa			

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Categoria	Indicadores	Descritores	Sim	Não	Observações
		Organização, acompanhamento e avaliação do trabalho dos monitores e educadores			
		Número de atendidos por categoria profissional			
	Formação e Capacitação de Recursos Humanos	Formação inicial, continuada e critérios de seleção de pessoal, com ingresso por meio de processo seletivo			
	Supervisão e Apoio de Assessorias Externas	Supervisão técnica, administrativa e de pessoal			
	Coleta e Registro de Dados e Informações	Sistemática de coleta de dados e informações sobre o atendimento prestado, com registro de ocorrências			
	Avaliação	Processos de avaliação e acompanhamento dos profissionais			

Observações: _____
